

# **SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB.

### **Base para opinião com ressalva**

#### *Atualização monetária dos ativos de concessão - ativo de contrato*

Conforme a nota explicativa nº 2.4 (h) e 8 às demonstrações financeiras, o saldo referente ao ativo de contrato, em 31 de dezembro de 2021, foi ajustado para refletir os efeitos inflacionários previstos no contrato de concessão, já efetivamente incorridos até aquela data. Anteriormente, a Companhia utilizava uma estimativa da inflação projetada para todo o período da concessão. O ajuste decorrente da mudança do efeito inflacionário foi registrado integralmente no resultado do exercício de 2021. Como consequência, os efeitos sobre as demonstrações financeiras são conforme segue:

- O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está superavaliado em R\$4.376 mil.
- O saldo do ativo de concessão e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, estão subavaliados em R\$172 mil, e o resultado do exercício findo nesta data está subavaliado em R\$4.204 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Principal assunto de auditoria**

Exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

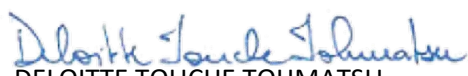
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa, equivalentes de caixa	6	21.897	97.777	Fornecedores	9	3.301	79.247
Adiantamentos a fornecedores	7	7.454	44.379	Debêntures	10	11.422	-
				Obrigações tributárias		2.699	1.333
Ativo da concessão - Ativo de contrato	8	27.389	14.223	Obrigações trabalhistas		2.004	278
Impostos a recuperar		184	33	Partes relacionadas	11	452	540
Despesas pagas antecipadamente		256	156			19.878	81.398
		57.181	156.569				
				NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Debêntures	10	245.612	219.496
Adiantamentos a fornecedores	7	6.937	-	Impostos diferidos	12	19.844	14.103
Ativo da concessão - Ativo de contrato	8	276.147	202.423			265.456	233.599
Aplicação Financeira - Conta Reserva Debentures	6	19.087	-				
Despesas pagas antecipadamente		163	303				
		302.333	202.726	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital	13	177.018	53.730
				Reserva legal		2	2
				Reserva especial de dividendos		9	9
				Reservas de lucros		27	27
				Prejuízos acumulados		(102.877)	(9.470)
						74.179	44.298
TOTAL DO ATIVO		359.514	359.295	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		359.514	359.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	15	83.775	187.021
Custos de Construção	16	<u>(120.217)</u>	<u>(172.991)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		(36.442)	14.030
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	16	<u>(12.588)</u>	<u>(1.046)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		(49.030)	12.985
Receitas financeiras	17	1.931	3.456
Despesas financeiras	17	(43.383)	(18.983)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição		(90.482)	(2.543)
Corrente	12	(633)	(1.151)
Diferido	12	<u>(2.627)</u>	<u>(5.777)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(93.742)</u>	<u>(9.470)</u>
Quantidade média ponderada de ações	14	222.715	4.091
Prejuízo por lote de mil ações		<u>(420,90)</u>	<u>(2.314,61)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	2021	2020
Prejuízo do exercício	(93.742)	(9.470)
Outros resultados abrangentes	-	-
Prejuízo do exercício	<u>(93.742)</u>	<u>(9.470)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social		Reserva de Aumento de Capital	Reserva de Lucros			Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		Reserva Legal	Reserva Especial de Dividendos	Reserva de Lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		33.730	-	-	2	9	27	-	33.768
Aumento de capital	13	20.000	-	-	-	-	-	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(9.470)	(9.470)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		53.730	-	-	2	9	27	(9.470)	44.298
Aumento de capital		123.289	-	-	-	-	-	-	123.289
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	335	335
Prejuízo do exercício	13	-	-	-	-	-	-	(93.742)	(93.742)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		177.018	-	-	2	9	27	(102.877)	74.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL		(90.482)	(2.543)
Ajustes por:			
Provisão para PIS e COFINS diferidos	15	1.531	532
Receita de atualização de ativo de contrato	15	(41.944)	(14.562)
Custo de construção - perdas na construção	16	(76.855)	-
Juros sobre empréstimos, debêntures e amortizações	11	37.538	16.348
Outros		<u>741</u>	<u>0</u>
		(169.470)	(225)
Adiantamento a fornecedores	7	29.989	(23.478)
Tributos a compensar		(151)	(33)
Despesas pagas antecipadamente		40	156
Ativo de contrato	8	(43.362)	(172.991)
Fornecedores	9	(37.669)	67.390
Partes relacionadas	11	(88)	540
Obrigações tributárias		1.365	1.157
Obrigações trabalhistas		<u>1.726</u>	<u>249</u>
Caixa aplicado nas operações		(217.621)	(127.235)
Juros pagos	10	-	(6.852)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(634)</u>	<u>(1.004)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(218.255)	(135.091)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação Financeira - Conta Reserva BNDES	6	<u>19.087</u>	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		<u>19.087</u>	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	13	123.289	20.000
Emissão de debêntures	10	-	210.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>123.289</u>	<u>230.000</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(75.880)</u>	<u>94.909</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	97.777	2.868
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	21.897	97.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE II S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. Contexto operacional

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A. ("Linha Verde II" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de janeiro de 2018 e possui como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela Terna Plus S.R.L - Itália e possui previsão de entrada em operação comercial até o mês de abril de 2022. Dessa forma, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e conta com o suporte financeiro de seu acionista, bem como de outras fontes de recursos captados no mercado financeiro, os quais são suficientes para fazer frente às obrigações da Companhia durante essa fase e para a conclusão da implementação da infraestrutura, até a sua entrada em operação comercial.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 22 de fevereiro de 2022 pela Diretoria e Conselho de Administração, e serão deliberadas em Assembleia Geral Ordinária até 31 de março de 2022.

#### Concessão

Localizada no estado de Minas Gerais, composta pela linha de transmissão Presidente Juscelino - Itabira 5 C2 com extensão de 153km, a concessão foi outorgada no leilão nº 02/2017, Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), processo nº 48500.002436/2017-85.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP [21/22]</u>	<u>Índice de Correção</u>
08/2018	30	08.03.2048	39.076	IPCA

Receita Anual Permitida ("RAP"): A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção: Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado anualmente e revisado a cada cinco anos.

Parcela variável: A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão ("CPST"). A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 846, de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Os primeiros 6 meses de operação comercial configuram período de carência, onde a parcela variável não é cobrada.

Revisão Tarifária: Em conformidade com o contrato de concessão, a cada cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção ("O&M"), para eventual captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorrerá no ano de 2023.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados: de acordo com o contrato de concessão o advento do termo final do contrato determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, nos termos do art. 36 da lei 8987/1995.

Renovação da concessão: a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da Companhia.

A Companhia deverá construir as instalações de transmissão em conformidade com a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos. Em 29 de outubro de 2019, o Instituto brasileiro de Meio Ambiente ("IBAMA") emitiu a Licença Prévia de nº 620/2019 que atesta a viabilidade ambiental do projeto. Em 29 de maio de 2020, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação de nº 1354/2020 que autoriza a construção do empreendimento.

## 1.2. Pandemia do COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Mesmo em um ambiente desafiador imposto pela pandemia, a Companhia continua focada na construção de suas instalações de transmissão, de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico nacional. A Companhia não identificou impactos relevantes resultado do COVID-19 em suas operações e que pudesse, significativamente, afetar a construção da linha de transmissão.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### 2.3. Use de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- a) Ativo da concessão - Ativo de contrato: mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é usualmente estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia quanto à determinação da parcela mensal da RAP e parcela variável que deve remunerar a infraestrutura.

- b) Receita de construção: durante a fase de construção dos ativos, a concessionária reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração.

A Companhia considera um modelo de margem 0 (zero) para a construção. Para manter essa margem, adiciona os valores dos tributos PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social na receita de construção. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa no resultado do exercício.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

- c) Contrato de concessão: a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelos investimentos não amortizados.

- d) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

## 2.4. Principais Políticas Contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### b) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se, principalmente, às obrigações frente à empresa responsável pela construção do projeto e seus subcontratados.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas correspondente ao valor da fatura.

### c) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumidas, resultantes de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### d) Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data base do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após doze meses.

### e) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com apuração efetuada em regime fiscal para Lucro Presumido de incidência cumulativa, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

f) Programas de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

g) Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro básico e o diluído por ação são iguais.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Compreendem principalmente as seguintes atividades:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo da concessão (ativo de contrato). Esta receita é o produto da multiplicação da taxa implícita do projeto pelo saldo do ativo de contrato. A taxa implícita do projeto de 11,84% ao ano (0,94% ao mês), adiciona-se a inflação mensal medida pelo índice IPCA, que reflete a correção monetária do ativo de contrato.

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizava uma taxa nominal fixa de 16,03% ao ano para calcular a receita de remuneração do ativo de contrato. Esta taxa foi calculada utilizando-se uma inflação projetada fixa de 3,75% ao ano adicionada à taxa implícita do projeto de 11,84%. A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia substituiu a aplicação da inflação fixa projetada pela inflação efetivamente realizada, com base no índice IPCA divulgado em fontes oficiais.

Com isso, o saldo referente ao ativo de contrato em 31 de dezembro de 2021 foi ajustado para refletir os efeitos inflacionários previstos no contrato de concessão, já efetivamente incorridos até aquela data. O ajuste decorrente da mudança do efeito inflacionário foi registrado integralmente no resultado do exercício de 2021.

- Receita de construção das linhas de transmissão da concessão: Considerando que a maior parte desses serviços são realizados por construtoras terceirizadas a Companhia não apura margem de construção.
- Receita de operação e manutenção: Inicia-se a partir da entrada em operação e é reconhecida pelo valor justo em contrapartida ao contas a receber e de maneira suficiente para cobrir os custos operacionais.

i) Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9, Instrumentos Financeiros, descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Como regra geral, ativos e passivos financeiros devem ser mensurados inicialmente ao seu valor justo.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios aplicável a eles e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Dependendo dessas características, o ativo financeiro deve ser mensurado:

- Ao custo amortizado, pelo qual a receita do instrumento é calculada pelo método da taxa de juros efetivo. Enquadram-se nessa categoria os ativos financeiros que se pretenda manter para auferir fluxos de caixa provenientes exclusivamente de pagamentos de principal e juros.
- Ao valor justo, com atualizações registradas em outros resultados abrangentes. Nessa categoria estão ativos financeiros com fluxos de caixa também exclusivamente de capital e juros, mas que possam ser vendidos antes do vencimento.
- Ao valor justo, com atualizações registradas no resultado corrente, se não se qualificar em qualquer das categorias anteriores.

Como regra geral, após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

Abaixo apresentamos as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros da Companhia.

Ativos e financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía saldos registrados nas demonstrações financeiras nessa classificação.

(ii) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 4.



### Mensuração de ativos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados no resultado. Os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados no resultado nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no exercício em que ocorrem.

### Passivos financeiros

#### (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras nessa classificação.

#### (ii) Custo amortizado

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e encargos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 4.

### *Baixa de passivos financeiros*

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

### 3. ADOÇÃO ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

#### a) Novas normas, alterações e interpretações vigentes período corrente:

A Administração da Companhia avaliou os impactos das seguintes revisões de normas e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante e/ou não são relevantes para suas demonstrações financeiras.

- IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021.
- IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021.

#### b) Novas normas ainda não vigentes e/ou adotadas:

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes e/ou aplicáveis.

A administração não espera que a adoção das normas listadas a seguir tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes
Alterações ao IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais - Ciclos 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos
Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

#### 4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

###### a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo da concessão (ativo de contrato), a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST"). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do Sistema Interligado de Nacional ("SIN") de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

###### b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da companhia.

###### c) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Indicadores	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (ii)	Cenário II +25%	Cenário III +50%
<u>Ativo</u>				
CDI/Selic	4.39%	11,75%	14,69%	17,63%
Receita Financeira	40.978	4.815	6.019	7.222
<u>Passivo</u>				
IPCA	10.06%	5,44% (i)	6,80%	8,16%
Despesa a incorrer	257.034	(13.983)	(17.478)	(20.974)
Despesa líquidos das variações		(9.168)	(11.460)	(13.752)

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 04 de fevereiro de 2022.

(ii) Conforme taxas divulgadas no “site” da Bloomberg em 04 de fevereiro de 2022.

d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros são compostos como segue:

	2021	2020
Ativo a custo amortizado:		
Aplicação Financeira - Conta Reserva Debentures	19.087	-
Caixa e equivalentes de caixa	21.897	97.777
	<u>40.984</u>	<u>97.777</u>
Passivos a custo amortizado:		
Debêntures	257.034	219.496
Partes relacionadas	452	540
Fornecedores	3.301	79.247
	<u>260.787</u>	<u>299.283</u>

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2021	2020
<u>Circulante</u>		
Bancos conta movimento	6	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	21.891	97.775
Total	<u>21.897</u>	<u>97.777</u>
<u>Não Circulante</u>		
Aplicação financeira - Conta reserva - Debêntures (b)	19.087	-
	<u>19.087</u>	<u>-</u>

(a) As aplicações financeiras estão investidas em Certificado de Depósito Interbancário ("CDB") de liquidez diária e são remunerados a taxas que variam de 99% até 100.5% do CDI.

(b) A aplicação financeira - Conta reserva - Debêntures se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual da Debênture, onde a Companhia deve manter o equivalente à prestação semestral da dívida, incluindo principal e juros. Ver detalhes sobre o empréstimos através da nota explicativa nº 10.

## 7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O saldo total de R\$14.391 (R\$44.379 em 2020) inclui R\$6.937 (R\$7.070 em 2020) da Quebec Engenharia S.A. ("Quebec Engenharia"), o qual está classificado como ativo não circulante, empresa que era a encarregada da construção da linha de transmissão, cujo contrato de engenharia, compras e construção ("Contrato EPC") foi rescindido em 12 de julho de 2021. Após a rescisão contratual, a Quebec deve restituir a Companhia o valor de adiantamento não utilizado na obra. O restante do saldo está pulverizado em construtoras que foram contratadas para a conclusão das obras, além de fornecedores de materiais e equipamentos.

## 8. ATIVO DE CONCESSÃO - ATIVO DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47 - Receita de contratos com clientes, o direito à contraprestação pelos serviços de implementação (construção) da estrutura de transmissão já executados, mas atrelados (por força do contrato de concessão) aos serviços de operação e manutenção, e que ainda não tenham sido prestados, é reconhecido como ativo de contrato.

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura acima referidos, bem como os valores a receber decorrentes da receita de remuneração de tais ativos, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

O ativo financeiro relacionado a um contrato de concessão deve ser reconhecido quando, ou à medida que, há o direito incondicional de receber caixa, o que se dará se somente a passagem do tempo for exigida antes que o pagamento dessa contraprestação seja devida. Desta forma, o Ativo de Contrato passa a ser um Ativo Financeiro à medida que o serviço de Operação e Manutenção é prestado, mensalmente. A movimentação no exercício é a seguinte:

	2021	2020
Saldos Iniciais	216.646	22.780
Receita de construção	43.362	172.991
Receita de remuneração do ativo de contrato	37.568	14.562
Ajuste correção monetária IPCA até 2020 (a)	4.376	-
Margem Pis e Cofins diferido sobre receita de construção	1.583	6.314
Saldo Final	<u>303.536</u>	<u>216.647</u>
Circulante	27.389	14.223
Não Circulante	<u>276.147</u>	<u>202.424</u>
Saldo Total	<u>303.536</u>	<u>216.647</u>

- (a) Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizava uma inflação projetada de 3,75% ao ano para atualizar o saldo do ativo de contrato, portanto, não utilizava a inflação efetivamente realizada. A partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia substitui a aplicação da inflação fixa projetada pela inflação efetivamente realizada, com base no índice IPCA divulgado em fontes oficiais. Este ajuste reflete o efeito da substituição da inflação fixa pelo IPCA realizado até o exercício de 2020, porém registrado cumulativamente durante o exercício de 2021.

## 9. FORNECEDORES

O saldo de R\$3.301 (R\$79.247 em 31 de dezembro de 2020 ) está pulverizado em construtoras que foram contratadas para a conclusão das obras, após a rescisão do contrato de EPC com a Quebec Engenharia, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, além de fornecedores de materiais e equipamentos.

## 10. DEBÊNTURES

A movimentação da 1ª Emissão de Debentures é como segue:

	2021	2020
Saldos Iniciais	219.426	-
Captação	-	210.000
Juros e correção monetária	37.538	16.348
Custas de escrituração	-	(6.852)
Saldo Final	<u>257.034</u>	<u>219.496</u>
Circulante	11.422	-
Não Circulante	<u>245.612</u>	<u>219.496</u>
Saldo Total	<u>257.034</u>	<u>219.496</u>

Refere-se a emissão de Debêntures efetuada em 27 de fevereiro de 2020, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, emitidas nos termos da Lei 12.431/2011 e que serão amortizados em 46 parcelas semestrais e consecutivas a partir de janeiro de 2022 e com vencimento final em 15 de julho de 2044. Sobre o empréstimo, incidem (i) a correção pelo IPCA e (ii) juros fixos de 5,33% ao ano.

O empréstimo é garantido por fiança bancária emitida pelo Banco BNP Paribas até o *completion* físico, cujos principais marcos são a obtenção do termo de liberação definitivo emitido pela ONS, ou TLD, e o recebimento da RAP por três meses consecutivos. Após o *completion* físico a Companhia deve manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,2 vezes (um inteiro e vinte centésimos), mensurado pelo resultado da geração de caixa sobre o serviço da dívida.

O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras regulatórias consolidadas e auditadas anuais da Companhia referentes ao ano civil anterior, tendo como termo inicial o exercício social de 2022. Em caso de não atingimento, pela Companhia por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD ocasionará o vencimento antecipado da dívida.

Este contrato de debênture possui cláusulas de cross default, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, no valor agregada ou individual, superior a R\$3.000, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos.

As outras garantias ao financiamento incluem o penhor de 100% das ações da Companhia, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 1 (uma) parcela semestral do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021.

A composição dos valores a serem pagos pelo prazo de vencimento é como segue:

	<u>31/12/2021</u>
2023	17.023
2024	16.776
2025	16.821
2026	16.610
2027 em diante	<u>178.382</u>
Total	<u><u>245.612</u></u>

## 11. PARTES RELACIONADAS

### a) Transações com partes relacionadas

O saldo de R\$452 (R\$540 em 31 de dezembro de 2021), se refere ao valor de comissão de garantia devido à Terna SpA por prestar garantia em favor do Banco BNP Paribas pelas cartas de fiança emitidas para garantir as obrigações da Companhia frente aos debenturistas no âmbito da escritura de emissão de debêntures detalhada na nota explicativa nº 10. O contrato de garantia assinado com a Terna SpA em 24 de agosto de 2020 tem prazo de 2 (dois) anos, e com custo da garantia Terna SpA é de 0,80% ao ano, líquido de impostos.

A Companhia possui, também, transações com empresas do grupo Quebec Holding Eireli ("Quebec"), uma de suas acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 7, 9 e 18.

## b) Remuneração da Administração

Conforme previsto no acordo de acionista entre os sócios da Companhia, a Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, não deve ser remunerada pela Companhia, ficando a cargo dos sócios que os indica.

## 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os valores de impostos de renda e contribuição social deferidos originam-se, basicamente, das receitas financeiras sobre ativos de contrato, que serão realizados integralmente ao longo do contrato de concessão.

## a) Tributos diferidos

	2021	2020
Imposto de Renda Diferidos	5.897	4.191
Contribuição Social Diferidos	3.185	2.263
PIS Diferidos	1.917	1.362
COFINS Diferidos	8.845	6.287
	<u>19.844</u>	<u>14.103</u>

## b) Impostos de Renda e Contribuição Social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas financeiras	1.931	1.931	3,456	3,456
Base de cálculo	1.931	1.931	3,456	3,456
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	290	175	518	311
Adicional de 10% - IRPJ	169	-	322	-
Imposto corrente no resultado	<u>458</u>	<u>175</u>	<u>840</u>	<u>311</u>
Receita de construções	43.362	43.362	172,991	172,991
Receita de remuneração do ativo de contrato	41.944	41.944	14,562	14,562
Base de cálculo do imposto diferido	<u>85.306</u>	<u>85.306</u>	<u>187,553</u>	<u>187,553</u>
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	6.824	10.237	15,004	22,506
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	<u>1.706</u>	<u>921</u>	<u>3,751</u>	<u>2,026</u>
Imposto diferido no resultado	<u>1.706</u>	<u>921</u>	<u>3,751</u>	<u>2,026</u>
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>2.164</u>	<u>1.062</u>	<u>4,591</u>	<u>2,337</u>



## c) PIS e COFINS - Deduções da receita

	2021		2020	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Receita de construções	43.362	172.991	172.991	172.991
Receita de remuneração do ativo financeiro	41.944	14.562	14.562	14.562
Base de cálculo	85.303	187.553	187.553	187.553
Alíquota de PIS e COFINS	0,65%	3,00%	0,65%	3,00%
PIS e COFINS dedução da receita	554	2.559	1.219	5.627

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito é de R\$177.018 (R\$53.730 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido integralizados R\$123.289 ao longo do ano de 2021 (R\$20.000 em 2020). O capital social da Companhia é representado por 222.714.721 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia 31 de dezembro de 2021 é como se segue:

Acionistas	Ordinárias
Terna Plus S.r.l	222.714.720
Terna Chile SpA	1
Total	<u>222.714.720</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou um prejuízo de R\$93.742 (R\$9.470 em 31 de dezembro de 2020) e, portanto, não declarou dividendos. A Administração irá propor a absorção parcial do referido prejuízo pelas reservas de lucros, a ser aprovada em assembleia de acionistas.

## 14. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2021	2020
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(93.742)	(9.470)
Quantidade média ponderada de ações	222.715	4.091
Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(420.90)	(2,315.61)

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receita de construção bruta	44.945	179.305
Receita de atualização do ativo da concessão	37.568	14.562
Ajuste correção monetária IPCA até 2020	4.376	-
(-) Pis e Cofins sobre a receita de construção (diferido)	(1.583)	(6.314)
(-) Pis e Cofins sobre atualização da concessão (diferido)	(1.531)	(532)
	<u>83.775</u>	<u>187.021</u>

## 16. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Custo de construção	43.362	172.991
Perdas na construção (a)	76.855	-
	<u>120.217</u>	<u>172.991</u>
Pessoal e encargos	173	263
Serviços de terceiros	1.262	721
Outros (b)	11.153	62
Despesas Gerais e Administrativas	<u>12.588</u>	<u>1.046</u>

(a) Valores incorridos adicionalmente aos valores previstos para a construção da linha de transmissão.

(b) Refere-se, substancialmente, aos valores de salários e custos rescisórios no valor de R\$10.462 pagos aos operários da construtora Quebec, como resultado da audiência de mediação junto ao Ministério Público do Trabalho ("MPT MG"). A Companhia está buscando a indenização deste valor na arbitragem, conforme nota explicativa nº 19.

## 17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2021	2020
Receitas sobre aplicações	1.845	3.414
Juros sobre depósitos vinculados	7	41
Variações monetárias	79	-
Outras receitas	-	1
	<u>1.931</u>	<u>3.456</u>
Juros sobre debêntures	(37.538)	(17.006)
IOF, comissões e taxas	(1.706)	(971)
Comissão de fiança	(1.689)	(540)
Juros diversos	(148)	(164)
Impostos sobre remessas	(947)	(208)
Variações monetárias	(1.354)	-
Outras	(1)	(94)
Despesas financeiras	<u>(43.383)</u>	<u>(18.983)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.452)</u>	<u>(15.527)</u>

## 18. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	Vigência	Limite Máx. Indenizável
Responsabilidade Civil	23/08/2021 a 31/05/2022	R\$ 25.000.000
Riscos de Engenharia	23/08/2021 a 31/05/2022	R\$ 294.913.249
D&O*	31/07/2021 a 31/07/2022	US\$3.000.000
Performance Bond ANEEL	08/03/2018 a 09/12/2023	R\$ 14.178.700
Advance Payment Bond (ELBI) - WP3	22/10/2021 a 31/03/2022	R\$ 540.500
Executante Construtor - HQZ - WP3	25/10/2021 a 04/04/2022	R\$ 350.420
Advance Payment Bond (ELBI) - WP2	08/11/2021 a 23/04/2022	R\$ 53.744
Executante Construtor - Geraes - WP2	04/11/2021 a 20/04/2022	R\$ 936.892
Advance Payment Bond (Geraes) - WP2	04/11/2021 a 20/03/2022	R\$ 468.446
Seguro Aduaneiro ref. aluguel de equipamento		
Terna Plus para lançamento de cabos	16/07/2021 a 03/08/2023	R\$ 894.549

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades. A Companhia possui cobertura de seguros para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto. Adicionalmente a Companhia possui cobertura de seguro de diretores e administradores - "Directors and Officers - D&O".

(\*) Esta apólice cobre também as coligadas da Companhia SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. e SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.

## 19. CONTINGÊNCIA

Servidão de passagem

A Companhia possui Declaração de utilidade pública ("DUP") emitida pela ANEEL para o direito de acesso as faixas de servidão, que lhe garante praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das instalações de energia elétrica, sendo lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída. Assim a Companhia fica obrigada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão. Até 31 de dezembro de 2021 não havia processos judiciais associados a servidão de passagem.

### Arbitragem com a Quebec

Em 11 de maio de 2021, a Companhia e a Quebec firmaram um aditivo ao contrato de engenharia, compras e construção (“Contrato EPC”) no valor de R\$75.057, equivalente a aproximadamente 34% do preço original do Contrato EPC, para absorver sobrecustos realizados e não previstos para a conclusão das obras. Entretanto, em 2 de julho de 2021 Quebec notificou a Companhia sobre não dispor de recursos necessários para honrar a folha de pagamento de seus operários, o que ocasionaria a interrupção das obras. Em 08 de julho de 2021, a Quebec confirmou o efetivo inadimplemento dos operários e das intercorrências ocasionadas na obra. Em 12 de julho de 2021, a Companhia notificou a Quebec, informando-a que, em virtude das intercorrências ocasionadas na obra, que caracterizavam o descumprimento das obrigações contratuais pela construtora, a Companhia utiliza-se de sua prerrogativa e solicitou a rescisão do Contrato EPC.

Ainda no mês de julho de 2021, a Companhia foi convocada a participar de audiência de conciliação conduzida pelo Ministério Público do Trabalho (“MPT”), com participação do sindicato dos operários da construção civil de Minas Gerais, representando os operários da Quebec, além de estar representando a própria Quebec. A mediação buscava achar uma solução para quitação dos salários /encargos atrasados e das verbas rescisórias dos operários da Quebec. Tendo em vista que a Quebec alegava não ter recursos para quitar suas obrigações trabalhistas e para evitar um dano maior aos operários e à construção, a Companhia assumiu o compromisso frente ao MPT de quitar as verbas trabalhistas devidas pela Quebec (despesas incorridas estão demonstradas através da nota explicativa nº 16).

Mesmo com os fatores elencados acima, em 27 de agosto de 2021, a Companhia foi surpreendida pela notificação de requerimento de arbitragem na Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CCBC”), apresentado pela Quebec que pede (i) multa pela rescisão do EPC; (ii) perdas e danos pela rescisão do EPC; e o (iii) pagamento de uma nota fiscal em aberto de R\$5.000.

Em 09 de setembro de 2021, a Companhia apresentou sua resposta ao requerimento de arbitragem contestando os pedidos da Quebec e pleiteando (i) o reembolso das verbas trabalhistas pagas pela Companhia aos operários da Quebec; (ii) indenização pelos custos extraordinários incorridos e a incorrer, para que o projeto seja finalizado; (iii) reembolso das diferenças dos pagamentos realizados a Quebec acima da evolução física real do projeto; e (iv) multa pela rescisão do Contrato de EPC.

O processo está em fase inicial de definição dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral e devido à fase inicial deste processo, o prognóstico dos assessores jurídicos da Companhia é possível perda.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não fazia parte em processos judiciais e administrativos de qualquer natureza, com prognósticos de provável perda e/ou possível perda. Desta forma, a Companhia entende não ser necessário constituir provisão para contingência.

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de Fevereiro de 2022, a Companhia realizou aumento de capital no valor R\$21.000 mil, integratizados pelo acionista Terna Plus Srl. Nesta data, o capital social subscrito é de R\$198.018 mil, representado por 243.714.721 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.